

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.352.678 - SC (2012/0235028-5)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : CARLOS FRANK JÚNIOR  
**ADVOGADO** : HUMBERTO GONÇALVES CORRÊA JUNIOR - SC010180  
**RECORRIDO** : UNIÃO

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por CARLOS FRANK JÚNIOR, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. TERRENO DE MARINHA. DEMARCAÇÃO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OCORRÊNCIA. INTIMAÇÃO POR EDITAL. ADI Nº 4264. POSSIBILIDADE. TAXA DE OCUPAÇÃO. COBRANÇA. LEGALIDADE. SUCUMBÊNCIA.

1. Se o procedimento demarcatório da LPM na região onde se encontra o imóvel da parte autora foi realizado e concluído em período de tempo superior a cinco anos em relação à interposição da presente demanda, está acobertado pela prescrição, nos termos do artigo 1º do Decreto 20.910/32, não cabendo agora a sua impugnação.

2. O entendimento constante da ADI nº 4264, isto é, a intimação pessoal nos processos demarcatórios, apenas se aplica aos procedimentos posteriores à referida decisão proferida pelo e. Supremo Tribunal Federal, e não àquelas demarcações já perfectibilizadas e alcançadas Pela prescrição, sob pena de indevidamente, emprestar-se efeitos *ex tunc* ao *decisum* sufragado pela Suprema Corte.

3. Os reajustes das taxas de ocupação, na forma da legislação de regência, devem ser calculados com base no domínio pleno do bem. Pertinente a respeito as regras contidas nos arts. 67 e 101 do Decreto Lei nº 9.760/46, e art. 1º do Decreto Lei nº 2.398/87.

4. O prazo prescricional para a cobrança da taxa de ocupação de terrenos de marinha é de cinco anos, independentemente do período considerado. Precedentes do STJ.

5. Hipótese na qual se reconhece a exigibilidade dos créditos referentes às taxas de ocupação de terreno de marinha apenas dos exercícios de 1996, inclusive, a 2001, sendo inexigíveis as dos exercícios anteriores em face da prescrição.

6. Sucumbência mantida como fixada na sentença, porquanto de

acordo com a disposição contida no art. 21, parágrafo único, do CPC.

7. Apelação conhecida em parte e, nessa extensão, parcialmente provida" (fl. 583e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, parcialmente providos nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO.

1. Inexiste omissão, contradição ou obscuridade quando o julgado decide expressamente sobre as questões suscitadas no recurso.
2. Inviáveis os embargos declaratórios para o reexame de matéria já decidida.
3. Para admissibilidade de recursos às instâncias superiores basta que a matéria a ser discutida tenha sido enfrentada pela instância originária, não sendo exigível expressa referência aos respectivos dispositivos legais.
4. Hipótese em que se acolhe a pretensão de prequestionamento para evitar eventual inadmissibilidade dos recursos dirigidos às instâncias superiores por conta exclusivamente da ausência de menção expressa dos dispositivos tidos pela parte embargante como violados, conquanto tenham sido implicitamente considerados no acórdão" (fl. 504e).

Sustenta a parte recorrente, nas razões do Recurso Especial, além da divergência jurisprudencial, a ofensa aos seguintes dispositivos:

"Evidente também a contradição do acórdão ora recorrido quando afirma que: 'O TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL É A DATA NA QUAL O IMÓVEL EM DISCUSSÃO FOI DECLARADO COMO TERRENO DE MARINHA, EM VIRTUDE DO TÉRMINO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE DEMARCAÇÃO DA LINHA DO PREAMAR MÉDIO NA REGIÃO, SENDO COMPUTADA DA DATA DA CIÊNCIA DO OCUPANTE DO IMÓVEL À ÉPOCA'. Entretanto, tal 'data da ciência do ocupante', sequer foi apontada ou mencionada com precisão, ou, tão pouco, houve comprovação da sua efetiva concretização e neste sentido, não haveria, então, como se afirmar, com precisão, sobre a ocorrência do início de tal prazo para

fins prescricionais.

Certo, portanto, a hipótese de que inexistente, nos autos, embasamento fático ou jurídico, capaz de justificar a declaração 'ex-officio' de tal instituto, nem mesmo a utilização do artigo 1º, do Decreto 20.910/32, poderia ter sido argüido.

Tal situação decorre, justamente, por não ter ocorrido, no caso ora apreciado, a regular formalização do ato que teria, supostamente, certificado o término dos trabalhos demarcatórios, promovidos pela União, sobre o patrimônio do recorrente.

(...)

Entretanto, inadvertidamente, o acórdão ora recorrido, apontou, sem a devida provocação e fundamentação, situação de direito material inexistente para o caso.

Neste sentido, o ponto principal a ser esclarecido e declarado, está na divergente interpretação proporcionada pelo e. relator, por meio da decisão ora recorrida, sobre a aplicação ou ausência dela, dos seguintes artigos de lei:

1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ARTIGOS 5º, INCISOS XXXV, LIV E LV, 20º, 26º E 93º, INCISO IX.
2. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: ARTIGOS 125º, INCISO I; 128º, 131º; 165º, 180º, 265º, II, 282, III, 458º E 460º.
3. CÓDIGO CIVIL: ARTIGOS 193º, 1245º, § 2º E 1246º.
4. LEI N. 6015/73: ARTIGO 237º.
5. LEI 9868/99.
6. LEI N. 9636/98: ARTIGOS 13º, 32º, 33º E 47º.
7. LEI N. 9821/99: ARTIGO 2º.
8. LEI 11.481/2007 (DOU 31-5-2007): ARTIGO 5º.
9. DECRETO-LEI N. 9760/1946: ARTIGOS 6º, 11º; 19º, 101º, 104º, 105º, I E 215º.
10. DECRETO N. 20910/32: ARTIGO 1º.
11. DECRETO-LEI N.3438/41: ARTIGO 20º.
12. DECRETO N. 95760/88: ARTIGO 2º.
13. DECRETO-LEI N. 2398/97: ARTIGO 5º.

(...)

Bem como, a real interpretação, com a devida fundamentação, proporcionada para este caso, sobre o efeito da decisão proferida pelo e. STF na 'ADI n. 4264' sobre o mesmo, cuja incoerência é evidente, quando comparada aos demais julgados, da mesma lavra do relator, sobre situação totalmente análoga.

Além disso, atestou o recorrente, por meio de laudo elaborado por meio de perito designado pelo juízo de primeiro grau, de forma clara e

objetiva, todos os argumentos até então apresentados na inicial.

Razão pela qual, o pleito deveria ter sido deferido de forma integral, evitando assim, a continuação da injustiça e ilegalidade praticada contra o recorrente.

O parecer do perito judicial foi preciso ao concluir que o imóvel de propriedade do recorrente de fato e de direito não se encontrava em área da União e muito menos possuía características de 'terreno de marinha'.

Razão suficiente para que o pedido de declaração judicial de nulidade do procedimento administrativo n. 11452.00191/97-17, com o consequente cancelamento da inscrição de ocupação (RIP n. 8251.01.00004-54), irregularmente aberta sobre imóvel de propriedade do recorrente, fosse atendido.

Consequentemente, a declaração da ilegalidade da cobrança proposta contra o mesmo a título de 'taxa de ocupação', 'laudêmios', multas, juros e correção monetária, bem como a imediata retirada do seu nome de cadastro de devedores e inscrição em dívida ativa, também deveria ser prontamente reconhecida.

Assim, não há dúvida alguma sobre o equívoco cometido pela 'Secretaria do Patrimônio da União' no estado de Santa Catarina, pois ao pretender demarcar o seu patrimônio de forma genérica, ou seja, sem o cuidado e a cautela que a lei prevê, cometeu injustiça ao se apropriar indevidamente de imóveis legitimamente adquiridos e regularmente inscritos no registro imobiliário competente, como foi o caso do recorrente, situação esta manifestamente ignorada na decisão ora recorrida.

Importante destacar também que, a recorrida agiu de forma contrária à lei, quando não oportunizou aos interessados a devida manifestação sobre a demarcação realizada, ignorando os direitos constitucionais dos interessados e aplicando, de forma injusta e ilegal, decisão administrativa equivocada, fato este também ignorado pelos magistrados 'a quo e ad quem'.

O laudo pericial reitera todos os argumentos apresentados pelo recorrente e em nenhum momento houve, por parte do perito, o entendimento de que o imóvel de fato se encontrava em terras de marinha.

(...)

Assim, não há dúvida alguma sobre o equívoco cometido pela 'Secretaria do Patrimônio da União' no estado de Santa Catarina, pois ao pretender demarcar o seu patrimônio de forma genérica, ou seja, sem o cuidado e a cautela que a lei prevê, cometeu injustiça ao se

apropriar indevidamente de imóveis legitimamente adquiridos e regularmente inscritos no registro imobiliário competente, como foi o caso do recorrente, situação esta manifestamente ignorada na decisão ora recorrida.

Importante destacar também que, a recorrida agiu de forma contrária à lei, quando não oportunizou aos interessados a devida manifestação sobre a demarcação realizada, ignorando os direitos constitucionais dos interessados e aplicando, de forma injusta e ilegal, decisão administrativa equivocada, fato este também ignorado pelos magistrados 'a quo e ad quem'.

O laudo pericial reitera todos os argumentos apresentados pelo recorrente e em nenhum momento houve, por parte do perito, o entendimento de que o imóvel de fato se encontrava em terras de marinha.

(...)

Dessa forma, iniciaram os problemas do recorrente, pois mesmo sendo possuidor de título jurídico da área, devidamente registrado em cartório competente, na forma vigente na legislação civil e registraria e tendo ainda, endereço certo e conhecido inclusive, pelo órgão patrimonial federal, não foi informado ou sequer tomou ciência do citado procedimento promovido pela administração pública patrimonial, passando assim, a sofrer constrangimento em seu direito de propriedade.

Sendo o recorrente interessado 'CERTO', com endereço conhecido, deveria ter sido chamado pelo meio mais seguro e previsto em lei, ou seja, através de convite pessoal e não por edital, como afirmou o setor responsável pela demarcação realizada.

A consequência desta demarcação foi a colocação do patrimônio imobiliário do recorrente em perigo, pois apesar de possuir título registrado em cartório e a sua total boa-fé de proprietário, não teve a oportunidade de apresentar o seu direito de defesa.

Pois, a formalidade definida por lei, foi claramente desobedecida em prejuízo direto ao recorrente que não pode manifestar-se contra a citada decisão administrativa, justamente por legítima e indubitável falta de conhecimento.

E assim agindo, não só demonstrou o poder público a sua arbitrariedade, pois através de procedimento escuso e sem qualquer publicidade, impôs rigorosas limitações de ordem patrimonial privada, mas também, concretizou procedimento administrativo contrario ao disposto em lei, situação esta inadvertidamente confirmada pela decisão ora recorrida.

Tornou-se, portanto, o ato administrativo nulo de pleno direito, pois o rito adequado não foi adotado e o direito de garantia de defesa, insculpido em nossa Carta Maior, não foi oportunizado ao recorrente.

(...)

Assim, reconhece-se que o procedimento de demarcação realizado pela Secretaria do Patrimônio da União em Santa Catarina é um ato jurídico administrativo e como tal está sujeito à nulidade se eivado de qualquer dos vícios indicado na lei civil.

Portanto, a chamada dos interessados, conforme orienta os civilistas, constitui-se em ato jurídico em sentido estrito, enquanto que na esfera administrativa, por sua vez, classifica-o como ato preparatório dentro do procedimento administrativo.

E nesse caso, tem-se que o Decreto-Lei n. 9.760/46, discrimina o procedimento específico para chamamento dos interessados em acompanhar, bem como a ajudar a esclarecer a situação de cada imóvel contido no trecho demarcado.

A citada formalidade indispensável prevista no Decreto 9760/46, não foi obedecida, pois que o recorrente somente teve conhecimento da demarcação realizada quando lhe foram enviados os DARF's para cobrança.

(...)

E assim sendo, aquela obrigação deve ser exigida dos antigos proprietários dos imóveis vendidos para o recorrente e que o antecederam na ocupação destes, que segundo os documentos juntados no procedimento administrativo, são do pleno conhecimento do citado órgão.

Finalmente, ainda sobre os valores cobrados do recorrente, importante reiterar que um dos dois imóveis que atualmente compõe um único bem, somente foi adquirido pelo interessado no ano de 1.995, razão pela qual entende que não possui qualquer tipo de responsabilidade em relação aos débitos anteriores, até porque não havia inscrição antes de 1.997.

Portanto, diante dos motivos ora apresentados necessário se faz rever imediatamente os valores pretendidos, pois inúmeras são as razões de fato e de direito que com certeza permitem ao recorrente questioná-los, obtendo o conseqüentemente, a redução pretendida.

(...)

Ou seja, embora seja evidente a participação da recorrida no desenrolar de toda a situação relatada, inclusive, em relação ao manifesto descumprimento dos direitos do recorrente e do desrespeito às mínimas praticas de rotina administrativa funcional, sequer foi

cogitada a sua responsabilidade no caso.

Demonstrando assim, que tal decisão foi por certo tendenciosa e exagerada, pois pretendeu impor, somente a parte mais fraca, todo o encargo e responsabilidade condenatória, pelo evidente desrespeito a um direito violado, cuja única intenção era de se pretender fazer cessar" (fls. 613/648e).

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 709/728e).

Foi o Recurso Especial admitido na origem (fls. 754/755e).

A irresignação não merece acolhimento.

Inicialmente, a análise de suposta ofensa a dispositivos constitucionais compete exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, III, da Constituição Federal, sendo defeso o seu exame, no âmbito do Recurso Especial, ainda que para fins de prequestionamento, consoante pacífica jurisprudência do STJ.

O Tribunal **a quo** asseverou a ocorrência de prescrição do direito da parte autora de impugnar o procedimento demarcatório, ressaltando a desnecessidade de intimação pessoal no referido processo, ao fundamento de que "o entendimento constante da ADI nº 4264, isto é, a intimação pessoal nos processos demarcatórios, apenas se aplica aos procedimentos posteriores à referida decisão proferida pelo e. Supremo Tribunal Federal, e não àquelas demarcações já perfectibilizadas e alcançadas pela prescrição, sob pena de, indevidamente, emprestar-se efeitos *ex tunc* ao *decisum* sufragado pela Suprema Corte" (fl. 578e).

Consignou, ainda, a legalidade do critério para a majoração da taxa de ocupação, por entender ser "legítima a atualização do valor do domínio pleno do terreno com base em critérios atuais 'de valoração mobiliária, como fez a Secretaria de Patrimônio da União, pois há expressa previsão legal no sentido de que a atualização do 'domínio pleno' será feita anualmente, de modo que se o foreiro quer fazer jus ao direito de desfrutar do bem público, deve adimplir com a taxa cobrada pela permissão de uso, nos termos em que apresentada pelo órgão competente" (fl. 579e).

Concluiu pela "exigibilidade dos créditos referentes à taxa de ocupação de terreno de marinha apenas dos exercícios de 1996, inclusive, a 2001, sendo inexigíveis as referentes aos exercícios anteriores em face da prescrição, nos termos da fundamentação" (fls. 581/582e).

Todavia, verifica-se que as razões do Recurso Especial não atacam os fundamentos adotados pela Corte Estadual. De fato, a parte recorrente limitou-se a manifestar seu inconformismo com o resultado que lhe foi desfavorável, apresentando fundamentos outros, não relacionados ao decidido.

Assim, o recorrente adotou razões recursais dissociadas da fundamentação

do acórdão objurgado, deixando de impugnar especificamente seus fundamentos, pelo que incidem na espécie, por analogia, as Súmulas 283 e 284 do STF.

Nesse sentido, destaco:

**"PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. RAZÕES DISSOCIADAS. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF.**

1. O pedido de reconsideração pode ser recebido como agravo regimental em cumprimento aos princípios da economia processual e da fungibilidade dos recursos.

**2. Incidem as Súmulas n. 283 e 284 do STF nos casos em que a parte recorrente deixa de impugnar a fundamentação do julgado, limitando-se a apresentar alegações que não guardam correlação com o decidido nos autos.**

3. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, ao qual se nega provimento" (STJ, RCD no AREsp 456.659/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe de 03/11/2015).

**"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL. CURSO DE FORMAÇÃO. NOMEAÇÃO E POSSE. PRESCRIÇÃO. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULAS 283 E 284/STF. LITISPENDÊNCIA. PEDIDOS DIVERSOS. INÚMEROS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULAS 211/STJ E 282/STF.**

1. 'A indicação de violação de dispositivo legal que nem sequer foi debatido pelo Tribunal de origem obsta o conhecimento do recurso especial pela ausência de prequestionamento. Aplicação dos enunciados n. 282 da Súmula do STF e 211 da Súmula do STJ.' (AgRg no AREsp 609.946/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 27/08/2015).

**2. 'A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido bem como as razões recursais dissociadas daquilo que ficou decidido pelo Tribunal de origem demonstram deficiência de fundamentação do recurso, o que atrai, por analogia, os óbices das Súmulas n. 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.'** (AgRg no REsp 1507662/PB, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado



em 20/08/2015, DJe 28/08/2015) 3. Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no REsp 1.170.131/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe de 19/10/2015).

Registre-se que, acerca da suposta ofensa aos artigos 125, I, 128, 131; 165, 180, 265, II, 282, III, 458 e 460 do CPC/73, 193, 1245, § 2º e 1246 do Código Civil, 237 da Lei 6.015/73, 32, 22 e 47 da Lei 9.636/98, 2º da Lei 9821/99, 6º, 19, 101, 104, 105, I e 215 do Decreto-Lei 9.760/46, 5º do Decreto-Lei 2.398/97, verifica-se que a tese de contrariedade aos referidos dispositivos legais não foi objeto sequer das razões dos Embargos de Declaração, somente tendo sido suscitada pela parte recorrente nas razões do presente Recurso Especial, em indevida inovação recursal.

Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o Recurso Especial, no ponto, incidindo o teor da Súmula 211 do STJ ("Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição dos embargos declaratórios, não foi apreciado pelo Tribunal **a quo**").

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Deixo de majorar os honorários recursais, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora